



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista - Área Controle Interno**

Caderno de Prova, Cargo 08, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Básicos**  
**Conhecimentos Específicos**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**  
Fevereiro/2007

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
  - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
  - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
  - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
  - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
  - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
  - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
  - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
  - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
  - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
  - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
  - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
  - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
  - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
  - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
  - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
  - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

<p>5. É correto afirmar que</p> <p>(A) a conjunção <i>quer</i>, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.</p> <p>(B) a forma verbal <i>têm</i> (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe <u>dê</u>m razão, ela sabe que está certa”.</p> <p>(C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em <i>sujeitos à superação</i> (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.</p> <p>(D) a transposição da frase <i>essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos</i> (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.</p> <p>(E) o emprego de <i>melhor</i>, em <i>Não há exemplo melhor</i> (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos <u>mais bem escolhidos</u>”.</p>	<p><b>Atenção:</b> As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.</p> <p>1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais</p> <p>5. foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva</p> <p>10. na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam</p> <p>15. passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não</p> <p>20. procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</p> <p>(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In <b>Tempo e história</b>, org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)</p>
<p>6. Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.</p> <p>O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:</p> <p>(A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocadamente, o que ocorreu em todas as vezes.</p> <p>(B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.</p> <p>(C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.</p> <p>(D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.</p> <p>(E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.</p>	<p>7. No texto, o autor</p> <p>(A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.</p> <p>(B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.</p> <p>(C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.</p> <p>(D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.</p> <p>(E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.</p>

<p>8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.</p> <p>I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.</p> <p>II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>.</p> <p>III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>como disse o jesuíta</i>, como equivale a “mediante”.</p> <p>(B) Em <i>“móveis como os filhos de Israel no deserto”</i>, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.</p> <p>(C) O emprego da palavra <i>arraiais</i> contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.</p> <p>(D) No segmento <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>, a expressão <i>passou a ser</i> é a que exprime a idéia de progressão.</p> <p>(E) Os dois-pontos introduzem uma citação.</p>
<p>9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:</p> <p>(A) <i>nada fazerem de forma sistemática</i> – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.</p> <p>(B) <i>um grupo fluido e indistinto</i> – um conglomerado espontâneo e informal.</p> <p>(C) <i>difícil de controlar e até mesmo de enquadrar</i> – não passível de organizar e mesmo dominar.</p> <p>(D) <i>Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos</i> – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.</p> <p>(E) <i>forma peculiar de vida que escolhiam</i> – singular maneira que se concediam de estar no mundo.</p>	<p>13. <i>Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinqüenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.</i></p> <p>Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,</p> <p>(A) a expressão <i>sociedade civil</i> equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.</p> <p>(B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais <i>podia</i> e <i>vivem</i>.</p> <p>(C) a expressão <i>ou seja</i> introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que <i>domicílios volantes</i> constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.</p> <p>(D) o emprego da expressão <i>de praxe</i> evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.</p> <p>(E) a oração <i>deveriam passar a viver em povoações</i> expressa uma suposição.</p>
<p>10. <i>Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.</i></p> <p>Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:</p> <p>(A) cuja existência se conhece. (B) da qual a notícia foi dada. (C) que a notícia foi veiculada. (D) na qual se tem o registro. (E) de que a notícia chegou até nós.</p>	<p>14. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</i></p> <p>Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>uma vez</i> comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “<u>Uma vez que</u> ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.</p> <p>(B) O termo destacado em <i>os que assim não procedessem</i> refere-se à ação de optar por ser estabelecido.</p> <p>(C) A gramática prescreve que o vocábulo <i>adjacentes</i> seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.</p> <p>(D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os <i>vadios</i> recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.</p> <p>(E) Em <i>tratados como salteadores</i>, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.</p>
<p>11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>por sua forma de vida</i> constitui uma explicação.</p> <p>(B) No segmento <i>Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática</i>, a conjunção <i>ou</i> introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.</p> <p>(C) Em <i>que os tornava suspeitos</i>, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.</p> <p>(D) A preposição <i>ante</i> equivale a “versus”.</p> <p>(E) Como em <i>fluido</i>, a grafia do particípio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.</p>	

<p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p>	<p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p>
<p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p>	<p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p>
<p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p>	<p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p>

**Instruções:** Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

**OBJETIVO:**

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

**REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:**

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

.....	A	B
1	do mês	acumulado
2	3	3
3	18	21
4	4	25
5	2	27
6	27	

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

Quadro 1	
I	II
adequado	inadequado

Quadro 2		
a	b	c
intranet	pesquisa por palavra chave	chat

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

<p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p>	<p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p>
<p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p> <p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p>
<p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p>	<p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

31. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, nas infrações penais comuns, dentre outros,
- (A) o Procurador-Geral da República.
  - (B) os Ministros de Estado.
  - (C) os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
  - (D) os membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.
  - (E) os Membros dos Tribunais Superiores.

32. Dentre outras, é competência privativa da Câmara dos Deputados
- (A) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
  - (B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
  - (C) autorizar operações externas de natureza financeira de interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (D) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República, antes do término de seu mandato.
  - (E) processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, nos crimes de responsabilidade.

33. No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar:
- (A) Em nenhuma hipótese, a Constituição da República Federativa do Brasil vigente autoriza a pena de morte.
  - (B) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
  - (C) A inviolabilidade de domicílio pode ser mitigada para prestação de socorro, desde que haja consentimento expresso do morador.
  - (D) Poderá ser concedida a extradição de estrangeiro pela prática de crime político ou de opinião.
  - (E) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

34. É certo que o veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode ser
- (A) parcial, com exclusão de parte de texto de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
  - (B) rejeitado por qualquer das Casas do Congresso.
  - (C) oposto, se o projeto de lei for contrário ao interesse público.
  - (D) rejeitado pelo voto da maioria simples dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
  - (E) deverá ser oposto no prazo máximo de dez dias úteis, contados do recebimento do projeto.

35. Sobre o ensino no Brasil, analise:
- I. Um dos princípios que regem o ensino é a garantia de padrão de qualidade.
  - II. O ensino é livre à iniciativa privada, não sendo necessária autorização do Poder Público.
  - III. Os Municípios atuarão prioritariamente na educação infantil e no ensino médio.
  - IV. O Estado deve garantir progressiva universalização do ensino médio gratuito.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

36. No que concerne ao Poder Judiciário, observa-se que
- (A) compete privativamente aos Tribunais, dentre outras atribuições, propor a criação de novas varas judiciárias.
  - (B) os juízes gozam da garantia da vitaliciedade que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício.
  - (C) aos juízes é vedado exercer outro cargo ou função a não ser a de magistério, salvo se estiverem em disponibilidade.
  - (D) é obrigatória a promoção de juiz que figure por três vezes consecutivas ou seis alternadas em lista de merecimento.
  - (E) lei complementar, de iniciativa conjunta do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

37. Para a aposentadoria voluntária, o servidor público abrangido pelo regime de previdência deverá, necessariamente, cumprir, no mínimo, dentre outras condições,
- (A) 10 anos de efetivo serviço e no cargo em que se dará a aposentadoria.
  - (B) 10 anos de efetivo serviço e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
  - (C) 15 anos de efetivo serviço e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
  - (D) 20 anos de efetivo serviço e dez anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
  - (E) 20 anos de efetivo serviço e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.



38. A respeito de finanças públicas, analise:

- I. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
- II. É possível a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra.
- III. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- IV. É possível a concessão de empréstimos pelo Governo Federal para pagamento de despesa com pessoal ativo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

39. No que toca à Administração Pública, analise:

- I. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- II. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- III. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- IV. É possível a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

40. No que concerne ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, é correto afirmar:

- (A) Se decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o Presidente (ou o Vice-Presidente) não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- (B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os brancos e nulos.
- (C) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, será renovado o pleito eleitoral no primeiro turno para escolha do outro candidato.
- (D) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da presidência, em primeiro lugar, o Presidente do Senado Federal.
- (E) Vagando os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

41. Quanto aos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) A eficácia é o atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução, desde que declarada a sua validade.
- (B) A presunção de legitimidade e veracidade não autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, especialmente quando argüidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.
- (C) Sejam eles vinculados ou discricionários, simples ou complexos, de império ou de gestão, possuem como requisitos à sua formação, a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.
- (D) Atos gerais ou regulamentares são aqueles expedidos sem finalidade normativa, alcançando apenas a categoria de particulares nele indicados, caracterizando-se por serem de comando concreto e pessoal, por isso mesmo irrevogáveis.
- (E) Os atos vinculados ou regrados, por dispensarem qualquer motivação, já que exigem a estrita obediência à norma legal, retiram do administrador público o critério da conveniência e da oportunidade.

42. A espécie de ato administrativo normativo de atuação interna, dado que se destina a reger o funcionamento de órgãos colegiados e de corporações legislativas, destinado aos que devem executar o serviço ou realizar a atividade funcional normatizada, sem obrigar aos particulares em geral, diz respeito

- (A) à Portaria.
- (B) ao Regulamento.
- (C) ao Decreto.
- (D) ao Regimento.
- (E) à Instrução.

<p>43. O contrato administrativo pelo qual a Administração delega ao particular a execução remunerada de serviço ou de obra pública ou lhe cede o uso de um bem público, para que o explore por sua conta e risco, pelo prazo e nas condições regulamentares e contratuais, é denominado contrato de</p> <p>(A) fornecimento.          (B) concessão.          (C) empreitada ou parceria.          (D) gerenciamento ou consórcio.          (E) programa ou gestão.</p>	<p>47. Quanto à constituição e à responsabilidade das Comissões Permanentes de Licitação, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Em qualquer hipótese, os membros das Comissões de licitação responderão (civil e criminalmente) de forma solidária pelos atos praticados pela Comissão, não se eximindo inclusive aquele que manifestou posição individual divergente registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.          (B) A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.          (C) No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.          (D) No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.          (E) A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou o seu cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados, no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.</p>
<p>44. Com relação à anulação e à revogação dos atos administrativos, é correto afirmar:</p> <p>(A) A Administração Pública pode revogar os atos que geram direitos adquiridos e anular os atos vinculados, com efeitos <i>ex nunc</i>.          (B) Tanto o Poder Judiciário quanto a própria Administração Pública podem revogar os atos administrativos ilegais e inoportunos.          (C) A revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração Pública extingue um ato válido, por razões de conveniência e oportunidade, com efeitos <i>ex nunc</i>.          (D) O ato administrativo expedido em desconformidade com o requisito da competência deve ser anulado pela Administração Pública, com efeitos <i>ex nunc</i>.          (E) Os atos administrativos que exauriram os seus efeitos podem ser revogados pelo Poder Judiciário, com efeitos retroativos.</p>	<p>48. Relativamente aos Poderes Administrativos, considere:</p> <p>I. O poder de polícia administrativa é, em princípio, discricionário, mas será vinculado se a norma legal que o rege estabelecer o modo e forma de sua realização.          II. A punição decorrente do poder disciplinar administrativo encontra fundamento semelhante em grau e substância com a punição criminal, posto que semelhantes a natureza das penas.          III. A submissão hierárquica na administração pública não retira do inferior subordinado a atuação política de comando e a apreciação da conveniência e da oportunidade das determinações superiores.          IV. O poder hierárquico do administrador de rever atos de inferiores, para mantê-los ou invalidá-los, de ofício ou mediante provocação do interessado, é possível enquanto o ato não se tornou definitivo para a administração, ou não criou direito subjetivo para o particular.          V. Se para a prática de um ato vinculado a autoridade pública está adstrita à lei em todos os seus elementos formadores, para praticar um ato discricionário é livre, no âmbito em que a lei lhe concede essa faculdade.</p>
<p>45. Com relação aos princípios da Administração Pública, considere:</p> <p>I. As realizações governamentais não são do funcionário ou autoridade, mas da entidade pública em nome de quem as produzira.          II. Todo agente público deve realizar suas atribuições legais com presteza, perfeição e rendimento funcional.</p> <p>As proposições citadas correspondem, respectivamente, aos princípios da</p> <p>(A) eficiência e legalidade.          (B) razoabilidade e moralidade.          (C) moralidade e razoabilidade.          (D) legalidade e impessoalidade.          (E) impessoalidade e eficiência.</p>	<p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III, IV e V.          (B) II, III e IV.          (C) II e III.          (D) I e V.          (E) I, IV e V.</p>
<p>46. Segundo a Lei que rege as licitações, o prazo mínimo para a convocação dos licitantes até o recebimento das propostas ou da realização do evento é de</p> <p>(A) trinta e cinco dias para concorrência.          (B) quarenta e cinco dias para concurso.          (C) doze dias para tomada de preços.          (D) vinte e cinco dias para leilão.          (E) dez dias úteis para convite.</p>	

49. É certo que as autarquias

- (A) são pessoas jurídicas de Direito Privado, sujeitas ao controle finalístico de sua administração, pelo órgão instituidor.
- (B) integram a administração direta da União, não estando sujeitas ao controle hierárquico do órgão que as criou.
- (C) são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio.
- (D) têm por finalidade a exploração de atividade econômica por força de contingência ou de conveniência administrativa, com subordinação hierárquica ao órgão da administração indireta que a criou.
- (E) são constituídas sob a forma de sociedade anônima e sob o controle majoritário da União ou de outra entidade da administração direta ou indireta Federal.

50. No âmbito da estrutura administrativa brasileira,

- (A) os agentes políticos exercem funções governamentais, judiciais e quase-judiciais, elaborando normas legais, conduzindo os negócios públicos, decidindo e atuando com independência nos assuntos de sua competência.
- (B) os Poderes de Estado compreendem o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público, e a cada um deles correspondendo funções reciprocamente delegáveis, sendo vinculados e harmônicos entre si.
- (C) as entidades estatais são unicamente a União, os Estados-membros, os Municípios, os Territórios e o Distrito Federal.
- (D) os cargos são os encargos administrativos atribuídos e delimitados por lei às funções lotadas nos órgãos públicos. As funções são providas por agentes públicos ou políticos, de forma efetiva e apenas mediante concurso de provas e títulos.
- (E) a investidura do agente público comissionado para cargos ou funções de confiança, dada a precariedade de sua nomeação, goza da presunção de definitividade, tornando o agente estável após o estágio probatório.

**CONTABILIDADE GERAL**

51. Em relação ao Balanço Patrimonial, é correto afirmar:

- (A) As contas do ativo são classificadas em ordem crescente do grau de liquidez.
- (B) As contas do passivo são classificadas em ordem crescente do grau de exigibilidade.
- (C) No Ativo Imobilizado, classificam-se os bens destinados à manutenção da atividade da pessoa jurídica, ou direitos exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.
- (D) No subgrupo Ativo Permanente – Investimentos, classificam-se, entre outras contas, as participações temporárias em outras sociedades.
- (E) No Ativo Realizável a Longo Prazo, classificam-se as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente, os estoques e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

52. A empresa Cia. Comercial Birigui fez as seguintes aquisições de uma determinada mercadoria no mês de início de suas atividades, junho de 2006:

01/06 – 80 unidades a R\$ 20,00  
 12/06 – 120 unidades a R\$ 25,00  
 26/06 – 100 unidades a R\$ 30,00

Abstraído-se a incidência de tributos sobre as operações e sabendo que em 20/06 foram vendidas 140 unidades a R\$ 50,00 cada uma, é correto afirmar que o lucro bruto, caso a companhia utilize o método PEPS, é, em R\$, de

- (A) 4.080,00
- (B) 3.900,00
- (C) 3.780,00
- (D) 3.600,00
- (E) 3.380,00

53. Foram extraídas as seguintes informações da Demonstração de Resultado da Cia. Piraju, relativas ao exercício findo em 31/12/2005:

- Lucro do Exercício antes do Imposto de Renda ..... 400.000,00
- Multas indedutíveis de acordo com a legislação do imposto de renda ..... 50.000,00
- Receita de dividendos de participações societárias ..... 110.000,00

Sabe-se que no Livro de Apuração do Lucro Real da companhia, na parte B, estavam registrados prejuízos fiscais a compensar da ordem de R\$ 115.000,00, referentes a períodos de apuração anteriores. O lucro real anual da companhia, depois de efetuada a compensação dos prejuízos fiscais, equivaleu, em R\$, a

- (A) 340.000,00
- (B) 335.000,00
- (C) 290.000,00
- (D) 238.000,00
- (E) 225.000,00

54. Dados contábeis da Cia. Americana, relativos ao exercício social findo em 31/12/2005:

Lucro líquido do exercício .....	3.400.000,00
Dividendos distribuídos.....	1.000.000,00
Encargos de depreciação .....	2.200.000,00
Aquisição de direitos do Ativo Imobilizado.....	3.000.000,00
Realização, em dinheiro, do Capital Social.....	600.000,00
Empréstimos de longo prazo.....	800.000,00
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo.....	400.000,00

Levando-se em conta apenas essas informações, na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, elaborada em 31/12/2005, o Capital Circulante Líquido, que em 31/12/2004 era de R\$ 4.000.000,00, passou a ser, em R\$, de

- (A) 6.600.000,00
- (B) 5.400.000,00
- (C) 4.400.000,00
- (D) 2.600.000,00
- (E) 1.800.000,00

55. A Cia. Viva Bem apresentou, no exercício findo em 31/12/2005, lucro líquido do exercício no valor de R\$ 220.000,00. No Balanço Patrimonial de 31/12/2004, o seu capital social integralizado e a reserva legal montavam a, respectivamente, R\$ 700.000,00 e R\$ 140.000,00. Em 2005, houve um aumento de capital da companhia, totalmente integralizado pelos acionistas, no valor de R\$ 50.000,00. De acordo com a legislação comercial, a companhia deve constituir acréscimo da reserva legal, relativo ao exercício findo em 2005, no valor, em R\$, de

- (A) 22.000,00
- (B) 15.500,00
- (C) 12.500,00
- (D) 11.000,00
- (E) 10.000,00

**CONTABILIDADE PÚBLICA**

56. A liquidação de uma despesa orçamentária corrente e ainda não paga é registrada no sistema financeiro pelo seguinte lançamento:

- (A) Despesa Liquidada a Pagar – Corrente a Bancos Conta Movimento
- (B) Despesa Corrente a Despesa Liquidada a Pagar – Corrente
- (C) Despesa Empenhada Corrente – a Despesa Liquidada Corrente
- (D) Despesa Liquidada a Pagar – Corrente a Despesa Executada – Corrente
- (E) Despesa Corrente a Bancos Conta Movimento

57. A aquisição de material de consumo por uma unidade orçamentária, com pagamento imediato, é registrada, no sistema patrimonial, pelo seguinte lançamento:

- (A) Almojarifado de Material de Consumo a Bancos Conta Movimento
- (B) Mutações Ativas Orçamentárias a Bancos Conta Movimento
- (C) Despesa Empenhada a Liquidar a Despesa Empenhada Liquidada
- (D) Despesa Empenhada Corrente a Bancos Conta Movimento
- (E) Almojarifado de Material de Consumo a Mutações Patrimoniais Ativas

58. No Balanço Patrimonial de um ente público, elaborado de acordo com os critérios da Lei nº 4.320/64, foram extraídas as seguintes informações:

Ativo Permanente.....	800
Ativo Financeiro .....	240
Passivo Real a Descoberto.....	10

Sabendo que o valor do Passivo Financeiro representou 25% do valor do Passivo Permanente nesse exercício, este último correspondeu a

- (A) 1.120
- (B) 1.050
- (C) 840
- (D) 780
- (E) 280

59. As cotas e repasses concedidos por uma unidade orçamentária são classificados na Demonstração de Variações Patrimoniais como

- (A) Interferência Passiva.
- (B) Receita Orçamentária Corrente Ativa.
- (C) Mutações Patrimoniais Passivas.
- (D) Superveniência Passiva.
- (E) Insubstituição Ativa.

60. São dadas as seguintes informações, extraídas do Balanço Financeiro do município de Jererê-Mirim, relativas ao exercício encerrado em 31-12-2005:

Receitas Orçamentárias:	
Correntes.....	360
de Capital .....	120

Despesas Orçamentárias:	
Correntes.....	345
de Capital .....	115

Restos a Pagar:	
Inscrição .....	25
Pagos .....	5

Saldo das disponibilidades:	
Inicial .....	30
Final .....	70

O montante dos pagamentos efetuado pela Prefeitura do município, no exercício de 2005, foi

- (A) 535
- (B) 485
- (C) 460
- (D) 440
- (E) 400

**AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO**

61. O tipo de auditoria governamental que consiste no exame dos registros e documentos, e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto é auditoria

(A) Contábil.  
 (B) Operacional.  
 (C) Especial.  
 (D) de Avaliação da Gestão.  
 (E) de Acompanhamento da Gestão.

62. A atividade de auditoria executada exclusivamente por servidores em exercício nos órgãos centrais ou setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal é denominada

(A) Simplificada.  
 (B) Direta centralizada.  
 (C) Indireta.  
 (D) Direta descentralizada.  
 (E) Integrada.

63. O requisito que deve ser avaliado para aferir o desempenho da gestão de unidade orçamentária auditada é a

(A) seletividade.  
 (B) cobertura.  
 (C) permanência.  
 (D) estabilidade.  
 (E) eficiência.

64. Os procedimentos que visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento são denominados

(A) Testes substantivos.  
 (B) Revisão analítica.  
 (C) Amostragem estratificada.  
 (D) Testes de observância.  
 (E) Exame dos registros.

65. São considerados os elementos documentais mais importantes do trabalho do servidor do Sistema de Controle Interno:

(A) dos Relatórios.  
 (B) dos Registros das constatações.  
 (C) dos Papéis de trabalho.  
 (D) dos Certificados de regularidade.  
 (E) dos Correlações de informações obtidas.

**ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANÇAS**

66. Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais haja insuficiência de recursos na dotação orçamentária específica são denominados

(A) Extraordinários.  
 (B) Suplementares.  
 (C) Especiais.  
 (D) Complementares.  
 (E) Ilimitados.

67. Constará da Lei Orçamentária Anual:

(A) Anexo de Riscos Fiscais.  
 (B) Crédito com finalidade imprecisa ou dotação ilimitada.  
 (C) Valor total das despesas relativas à dívida pública.  
 (D) Anexo de Metas Fiscais.  
 (E) Política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

68. Integram a Dívida Ativa Tributária os créditos da Fazenda Pública provenientes de

(A) foros, laudêmios ou taxas de ocupação.  
 (B) preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.  
 (C) créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia.  
 (D) empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei e aluguéis de bens imóveis.  
 (E) multas por descumprimento de obrigação legal relativa a tributos.

69. A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é denominada

(A) Convite.  
 (B) Concorrência.  
 (C) Concurso.  
 (D) Tomada de preços.  
 (E) Leilão.

70. Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, se verificado, ao final de um ...I..., que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado ...II... estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, ...III... de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei ...IV...

Preenchem respectiva e corretamente as lacunas de I a IV:

(A) Bimestre, primário ou nominal, limitação, de diretrizes orçamentárias.  
 (B) Trimestre, primário ou operacional, sub-rogação, de diretrizes orçamentárias.  
 (C) Quadrimestre, operacional ou nominal, limitação, orçamentária anual.  
 (D) Semestre, primário ou operacional, sub-rogação, orçamentária anual.  
 (E) Ano, primário ou nominal, limitação, orçamentária anual.